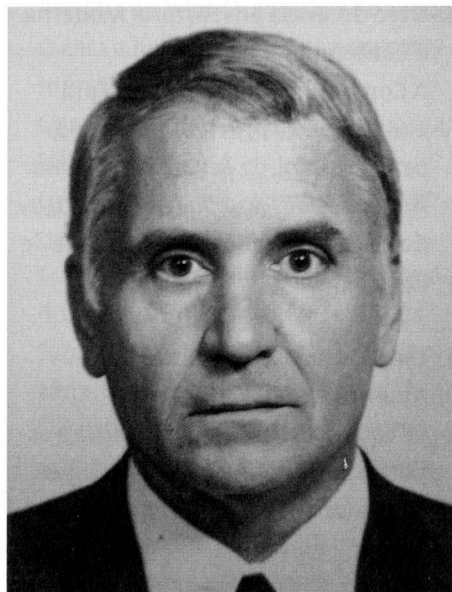


## Manuel Nunes Dias

Gestão 27/3/1984-31/7/1984



### Formação acadêmica

**N**asci em São Paulo, capital, em 31 de maio de 1921. Filho de pais portugueses, João Dias e Josefa Nunes Dias. Cursei as primeiras letras na vila de Vilar Formoso, distrito da Guarda, fronteira com a Espanha.

De volta a São Paulo, ingressei no ginásio normal. Ultimados os cinco anos ginasiais, que carreira seguir? Dada a conjuntura da época, eram apenas três as alternativas: Direito, Medicina e Engenharia. Universidade oficial: só a USP.

Fui para o Pré-jurídico das arcadas do Largo de São Francisco. Meus pais aplaudiram a escolha. Um jurista na família! Ali, vivi intensamente todos os instantes do saber.

Nessa década de 1940, com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tive novos sonhos. A vinda de mestres franceses – Fernand Braudel, Pierre Monbeig, Gean Gagé e outros eminentes – na área de minhas tendências que já se descortinavam na linha do horizonte cultural levou-me a prestar o vestibular na Faculdade de Filosofia. A pro-

va escrita e o exame oral apavoravam os candidatos, como ocorre hoje, embora o sistema fosse bem diverso.

Aprovado no vestibular, fui para a Aliança Francesa, então na rua Boa Vista, no centro da cidade. Era a única! O curso foi de três anos. Iniciação aguardada pelo idioma!

Bacharel e, em seguida, licenciado em Geografia e História, comecei a trabalhar: colégios Rio Branco, Visconde de Porto Seguro e Santa Inês. Todos empreendimentos privados. Em 1948, abriu-se-me outra perspectiva: concurso público de provas e títulos para o magistério oficial do estado. Eram muitos os concorrentes. Alguns eruditos assistentes da Faculdade de Filosofia da USP, meus ex-professores. Na capital nenhuma vaga. As próximas: Santos, Jundiaí e Itu. As demais, muito distantes...! Escolhi Itu – Escola Normal e Colégio Estadual Regente Feijó.

Na linha do tempo já era, outrossim, bacharel em Jornalismo formado pela Cásper Líbero, a primeira escola de Jornalismo no Brasil. A Fundação exigia curso superior. Fui aquinhoado

em primeiro lugar e orador da turma. Paraninfo, o jornalista Carlos Lacerda, dono da *Tribuna da Imprensa*, no Rio de Janeiro. Fui, então, galardoado com duas benesses: prêmio Sousa Filho, por esse curso, e honroso convite de Carlos Lacerda para dirigir sucursal a ser montada em São Paulo. E, seguidamente, outra liberalidade: de Luís Silveira, à época diretor da Escola de Jornalismo Cásper Líbero. Integrar o corpo docente da instituição, incumbindo-me da disciplina História Contemporânea das Relações Internacionais, até o momento ministrada por Ferrucci Rubiano, abalizado professor e jornalista da Universidade Estadual de Roma.

Minha atividade coordenava-se na coexistência magistério-jornalismo, fatigante simultaneidade. O resultado foi bonançoso. Em agosto de 1951, Eduardo d'Oliveira França, da Cadeira de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia da USP, convidou-me para seu primeiro assistente. Convite lacônico e franco: dois anos! E logo com encargos: pôr em dia a correspondência da Cadeira, defender o doutoramento naquele prazo-limite e ser diligente com os que o procurassem. Demais, ainda no referido semestre: ministrar um curso – Luís XIV e a Europa. Tarefa árdua, mas não impossível, dados os resultados positivos.

Eduardo França foi assistente de Fernand Braudel. Ambos já partiram. Foram meus credores. Deus os chamou. Deles guardo seus ideais e suas sublimidades. Exemplos de vida!

Minha carreira docente universitária iniciou-se, afinal. Nos quatro anos subseqüentes, a carga de trabalho foi pesada. Além daquela assistência, continuei na faina anterior: magistério e jornalismo. Não tinha “tempo integral” na Faculdade. O doutoramento era meu maior desassossego. Meu sonho vinha de recuado tempo. Ser um dia catedrático. Carreira completa. Alegria de minha família e aprazimento do saudoso professor que teve a coragem daquele promissor convite. Prazo de dois anos? Estimulante ônus! O historiador, entre todos os cientistas sociais, é o que mais lida com o tempo. Admirável excitação, corrida contra-relógio! Obrigado saudoso mestre!

Viagens à Europa e ao Caribe. Apesar das barreiras a enfrentar, quase intransponíveis, o acervo reunido foi deveras positivo na apuração dos resultados. Certamente, maiores aflições, amarguezas e ansiedades teve minha família: meus pais, minha mulher, meus filhos! A todos penalizei. Mas todos me abraçaram. Foram todos incentivos de minha carreira. Dádivas de Deus em meu caminho! Acompanhe-se o percurso fundamentado:

1. Doutoramento em História Moderna e Contemporânea.  
O capitalismo monárquico português (1415–1549). Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno. Universidade de Coimbra, 2v., 1103p., 1963/1964;
2. Livre-docência em História Moderna e Contemporânea  
A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). São Paulo, 1971, 673p. Col. da *Revista de História. Faculdade de Filosofia* (USP). 2ª ed., 2v. Coleção Amazônica. Universidade do Pará, Belém, 1971.
3. Livre-Docência em História da América  
O “comércio livre” entre Havana e os portos de Espanha (1778- 1789). 2v. São Paulo (USP), 1965, 477p.
4. Cátedra. História da América  
*El Real Consulado de Caracas* (1793-1810). Ed. da Academia Nacional de la Historia. Caracas, 1971, 646p.

Outrossim, importa recordar, além de congressos nacionais, congêneres internacionais nos centros culturais do Atlântico africano, indico, asiático, Europa, Caribe e América do Sul, todos com comunicações, discutidas, aprovadas e publicadas nos respectivos Anais, o rol

de outros estudos publicados. Acerca deles, a listagem seguinte:

- Fomento e mercantilismo. Belém do Pará, 1970;
- Os acionistas e o capital social da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Sevilha, 1966;
- Partilha do “Mar-Oceano”. Lisboa, 1963;
- O cacau luso-brasileiro na economia mundial. Lisboa, 1957;
- Os campos do ouro do Monomotapa. Lisboa, 1957;
- *Le mouvement des Navires de Registre* (1787–1789). Paris, 1967;
- Estratégia pombalina de urbanização do espaço amazônico. Nos estudos “Como Interpretar Pombal?”. Ed. Brotéria, Lisboa/Porto, s.d.;
- Descobrimento do Brasil. Pioneira, 1967, 195p. (Para o estudo da integração do Atlântico Sul).
- Descobrimento do Brasil. Nova Et Vetera. Porto Alegre, 2000; (Processo Conjuntural de “Longa Duração”, 194p.;
- *História General da América* “bajo la dirección de Guillermo Moron”. Sob o Patrocínio da OEA. Obra que reúne historiadores da Europa, Estados Unidos, Caribe e América do Sul. Figuro no empreendimento como representante do Brasil colonial e nacional. Já se acham publicados 19 volumes. A obra está planejada para 34! Os tomos editados realçam minha biblioteca!

Seguem-se outros estudos de minha lavra. O rol não cabe aqui. Realça, todavia, a fatigante tradução do volume integrante da coleção *Destins du Monde*:

- *L'Amérique et les Amériques* de Pierre Chaunu. Armand Colin: Paris, 1964. *América e as Américas*. Cosmos: 1969.

Demais, USP/UNESP: formei mestres e doutores; integrei comissões examinadoras em todos os graus, no estado de São Paulo e em outras universidades do país. Redigi resenhas de obras nacionais e estrangeiras, publicadas notadamente em *O Estado de S. Paulo*. Isso me é o bastante. Escrevo, agora, em “longo tempo”, minhas memórias!

### **Criação da UNESP. Processo conjuntural de “longa duração”**

A idéia de se criar outra universidade no estado de São Paulo data de recuado tempo. O percurso foi penoso. Tratava-se, afinal, de se instituir estabelecimento oficial a ser mantido pelo erário. A universalidade de coisas e pessoas, bem como de orçamento, tornava o caminho deveras alcantilado.

Luiz Ferreira Martins, professor catedrático na USP, então coordenador dos Institutos Isolados do estado, foi, na verdade, o perspicaz diligenciador do encadeamento nas diversas instâncias palacianas.

Foram muitos os encontros e desencontros. O tema era polêmico. Apologistas e detratores digladiavam-se no escuro e no claro. Prevaleceu o ânimo de Luiz Martins. Moço erudito, ativo e perseverante. Demais, tinha trânsito livre nos gabinetes de Paulo Egydio Martins, à época governador do estado, e nos da Assembléia Legislativa.

O desfecho noveleiro foi o que se aguardava. O epílogo foi o que todos sabemos: promulgação da Lei nº 952, de 30 de janeiro de 1976, que criou a UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Com méritos? Com deméritos? Os doutos que a julguem! Não nos cabe proferir a sentença! Decerto, um dia, quando a historiografia contemporânea encontrar condição para o planejamento e edição da história da UNESP. Oxalá não tarde! Para tal incumbência, aí estão os departamentos de História.

Põe-se, sim, em questão, a UNESP, criada pela lei e governo mencionados, “como entidade autárquica de regime especial” que “tem sede e foro no distrito de Ilha Solteira, Município de Pereira Barreto” (cf. art. 1º, § único). A lei é imperativa. Assim se entende tudo que se manda ou se determina de modo irresistível. Tal é o princípio imperativo do Direito ou a regra imperativa da lei. Imposições que não podem ser desobedecidas.

Evidente que o Direito não é só lei. É fato social também! Todavia, é de se

estranhar. Não censurar. Mas, por que Ilha Solteira? A sede da UNESP nunca saiu do centro da cidade de São Paulo. De seu marco zero e adjacências! Discrepância entre lei e realidade? Não! Por que não? Nenhuma questão legal. O maneiroso e calculista legislador encontrou uma escápula. Não havendo, então, condições para a Reitoria instalar-se em Ilha Solteira, “terá como sede e foro o Município de São Paulo” (cf. art. 1º das Disposições Transitórias). Belo escape! Mais “político” do que “inteligente”!

Qual o pensar de economistas, geógrafos, urbanistas, sociólogos, historiadores e demais cientistas sociais? Certamente não foram ouvidos! Outros sim, no concernente à incorporação dos Institutos Isolados (cf. art. 3º), considerou-se a qualificação da universalidade das pessoas? E dos bens? E do orçamento? Imprescindível teria sido conhecer!

Tal incorporação configura-se encampação, vocábulo jurídico que sempre teve o sentido de “restituição”. Importa dizer: retorno às mãos do senhorio do domínio. No caso em questão, o senhorio dos Institutos Isolados era o estado. Portanto, o que houve foi a “restituição” para o poder público. Foi um aconchegado arranjo de conveniências sob a égide do estado. Dir-se-ia: secretarias de Estado, Assembléia Legislativa e governador, todos ovacionados pelo maneiroso apego e inteligência perti-

nácia de Luiz Martins. A esse professor catedrático da USP, já aposentado, a UNESP deve-lhe procedência. Méritos e deméritos houve, sim, dadas as estruturas institucionais e a dinâmica conjuntural do tempo.

A UNESP nasceu grande: sete faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (Araraquara, Assis, Franca, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto); uma de Farmácia e Odontologia (Araraquara); duas de Odontologia (Araçatuba e São José dos Campos); outra de Ciências Médicas e Biológicas (Botucatu); mais uma de Engenharia (Guaratinguetá); por fim uma de Medicina Veterinária e Agronomia (Jaboticabal). O espaço geográfico é deveras amplo. Mas a interiorização da cultura, em todos ramos do conhecimento, tem sido salutar e fecundante.

Nesse decurso de trinta anos, formou bacharéis, licenciados, mestres, doutores, livre-docentes e titulares. Internacionalizou-se por meio da colaboração de eminentes cientistas vindos do exterior. Graças a isso vem dando admirável contribuição para a história do conhecimento e da inteligência universal.

Seu primeiro reitor foi Luiz Martins. Professor respeitado e muito conhecido nos meios acadêmicos ligados à ciência veterinária, no país e no estrangeiro. Mantivemos com ele, nos primeiros anos da década de 1970, frutífero colóquio no Conselho Universitário da USP,

presidido pelo saudoso prof. Miguel Reale. Ambas as universidades estaduais devem-lhe muito!

## Idéia de Universidade

Na origem, a universidade é tida no sentido de universalidade de coisas, pessoas e orçamento. Mas, tecnicamente, é expressão empregada para distinguir instituição de ensino superior, formada por um conjunto de faculdades submetidas a um regime único e superintendido por um conselho geral denominado Conselho Universitário, sob a presidência de um reitor, no caso em questão, nomeado pelo governador do estado de uma lista de professores titulares composta pelo voto da comunidade: docentes, alunos e funcionários.

A Lei de nº 952, de 30 de janeiro de 1976, como já ficou mencionado (cf. Criação da UNESP), afirma tratar-se de “entidade autárquica de regime especial” (cf. *ibidem*). A palavra “autarquia”, derivada do grego, tem a significação de autonomia, independência. Foi trazida para a linguagem jurídica, notadamente do Direito administrativo, para designar toda organização que se gera pela vontade do Estado, mas a que se dá certa autonomia ou independência. Assim sendo, a universidade é mera autarquia administrativa!

Tem seus estatuto e regimento. Isso a tornaria uma *personalidade autô-*



*noma*, do ponto de vista patrimonial? Nesse caso, sua subordinação ao poder público seria administrativa. Por analogia assemelha-se à *azienda* do Direito italiano ou, como a conhecem os juristas franceses, *fonds de commerce*, significando o complexo de elementos de que se serve o comerciante ou o industrial para desempenho de suas atividades.

Desse modo, a autarquia administrativa forma um departamento economicamente autônomo, embora fique sob fiscalização da administração pública. Tem, assim, dentro dos limites do estado que a estabeleceu, plena capacidade de auto-administração. Não se desliga por completo da organização total do estado, a que, em verdade, pertence. Mas, a universidade realiza fins que o próprio estado tem interesse em promover.

A autarquia não se vê hierarquicamente subordinada a outro órgão da administração, desde que suas atribuições são assinaladas na própria lei, que as institui, e exercidas sob exclusiva responsabilidade de seus administradores nomeados pelo Poder Executivo. A universidade é uma autarquia. Pessoa jurídica de direito público. Se, com efeito, assim é, por que não universalidade de orçamento?

A universidade em QUESTÃO! Importa realçar o conceito de “autônomo”, palavra que serve para qualificar tudo o que possui independência; ou melhor, inde-

pendentemente de outro fato ou ato, que se diz principal ou dominante. Em tal sentido, opõe-se a tudo o que possa ser *acessório*, que não tem vida própria e se mantém ligado a outro fato ou ato, que se diz principal ou dominante. Afinal, que modalidade de “autarquia de regime especial”? O que pensa disso a universidade com sua autonomia didática guindada à União, nem sempre elucidada pelo Conselho Federal e pelo Ministério da Educação? Qual é a universidade com que sonhamos? Certo que os melhores sonhos são os que se realizam!

Diante de tais discrepâncias, que tanto maltratam o espírito da universalidade de pessoas, assim como as estruturas universitárias, o que se deve fazer? Afinal, o mundo transformou-se em todos os setores de vida. Não é mais o nosso. A universidade, hoje, não tem (nem deve ter) o alento debruçado da alta ou da baixa Idade Média. Igualmente, da Renascença e do Iluminismo. Vivemos num mundo globalizado. A ciência e a tecnologia, por vezes, amedrontam o homem, sujeito do próprio progresso que o surpreende.

Estamos no século XXI. As diligências das grandes potências pela determinação e afoiteza da conquista espacial aterram, embora por instante, nossas aspirações e agudeza. O homem, todos nós, somos muito limitados. Não alcançamos certas razões de ser. O despertar

cultural universitário acompanha os novos anseios e desassossegos.

A Universidade coexiste com a universalidade de coisas e de pessoas. Tem objetivos, intuítos e propósitos do mais alto interesse do Estado. Por isso, impõe-se uma ajustada coerência com a universidade. Todavia, para que haja tal ajuste, torna-se imprescindível que tenha a universalidade de orçamento. Não bastam coisas e pessoas de altos custos. São necessárias as contrapartidas. A sociedade, que a mantém, aguarda e exige suas compensações.

Assim coordenada, a universidade passa a ter semblante de empresa que faz sua universalidade de pessoas dotadas de “espírito de empresa” torná-la mais e mais rendosa. Empreendimento lucrativo como crescente constante. A universalidade usufruiria a riqueza amealhada. Assim como o Direito foi instituído para o homem, mas não este para aquele, a universidade foi criada para a sociedade. Oportunidades para todos. Para as massas. Mas não de massas. Ela (inteligência da nação) não poder ser massificada. Se o for, certamente será mastigada!

Hoje, a universidade tem condições de se autogerir. É uma gigantesca empresa disseminando cultura por desmedida área geográfica do estado de São Paulo. Tem preceitos e condições para tal acometimento. Essa sua grande façanha. Magnífica insígnia. Tudo, graças

a seu espírito e desígnios. Dispõe de cientistas atuantes em todas as áreas do conhecimento. São produtivos. Dão condição para ela se auto-administrar. Têm o necessário ânimo para produzir e multiplicar riqueza. São credores do Estado, da nação! Universalidade de pessoas que diligenciam e laboram. Afortunam-na, contrariamente aos convalescentes pensionistas, que aguardam ocasião para se aposentar, alguns, até, como professores titulares vindos de fora e os quais nada produziram! Deixaram-lhe só amarguezas e pesares, tristonhos resultados oriundos das encampações fortuitas e impensadas. Não é disso que a universidade precisa.

Dirão alguns que a encampação é necessária. Mas impõem-se cautela e moderação. É preciso precaução para salvaguarda da universidade empenhada na formação de seus docentes. Para isso existe a carreira docente universitária, nada fácil. Imprescindível a universidade motivar a carreira docente. Impedir, sim, que titulares “encampados” sejam guindados a diretores e, com isso, integrem o Conselho Universitário. Imensa estranheza: cá e lá conseguem a raridade do prodígio. Chegam a reitores! Tais benesses ela não quer mais. Contrariamente, as repudia! Atiça, sim, corpo docente esmerado. Egrégio e excelente. Com tais eminências atuantes nas ciências e nas tecnologias teremos a universidade plena, empresa autogerida.

Também, para ser plena, precisa escolher seus alunos. Pensar e refletir o vestibular, mudando-lhe o sistema. Que atitude tem tomado? Certamente não seleta os mais capazes. Acomoda-se diante de sagazes procedimentos que lhe são distantes. Fundações e cursos, todos bem intencionados, mas todos mui distantes das algibeiras dos marginalizados. Uns poucos conseguem pagar altas mensalidades. Os cursos ou “cursinhos” são intensivos. Precisam ganhar! Claro que não são os mais afortunados os únicos que transpõem a barreira do vestibular. Uns poucos franqueiam-na ou galgam-na por meio do “chute olímpico”! Raros os pobres que conseguem superar o quase intransponível vestibular. É necessário mudar! Como? A excelência da universidade com a palavra!

Acresce-se, ainda, a taxa de inscrição que os vestibulandos têm de despende. Nem todos têm dinheiro! Por que a universidade, em seu conjunto, não cogita de outro sistema, consoante as áreas do conhecimento? Hoje, da maneira que está, alguns titulares ou catedráticos não adivinhariam as “cruzes” a assinalar...!

E o exame oral? Que é feito do falecido? Ainda está presente o meu vestibular, com ponto sorteado e julgado por mestres franceses, então contratados para a Faculdade de Filosofia. A universidade decididamente meditará noutro modelo. Por isso, tem espessura de co-

nhecimento. Encontrará alternativa!

Reformar de modo adequado. Sentir as reformas. Reformar por reformar de nada adianta. O espírito, a alma das pessoas precisa sentir a necessidade reformadora. É preciso remover a insatisfação diante das estruturas envelhecidas. A universidade é dinâmica. A ciência e a técnica reclamam novos comportamentos. Realizar em profundidade as reformas reclamadas pelas estruturas e conjunturas do meio e do momento. Todos devem aceitar as novas responsabilidades por “razão de amor” à instituição. Respeitá-la sempre em suas grandezas e desacertos.

No decurso de minha carreira docente universitária, com encontros e desencontros nas diretorias de unidades da USP e da UNESP, assim como em ambos os Conselhos Universitários, cresci mentalmente com ela. Distinta e singular fraternidade nos liga. Somos elos da mesma corrente cultural. Deilhe o que me foi dado dar: dezenas de obras publicadas no país e no exterior, além de mestres e doutores. Por isso e pelo que lhe devo, sinto-me mais e mais ligado a ela.

Há recuado tempo ele me deu a seiva vivificadora de seu saber. Todavia, sempre ouvi dos “reformistas”, tão “iluminados”, o grito de mudança. Claro que, por vezes, determinadas estruturas precisam mudar. Mas para melhor. Algumas são extremamente danosas

para a universidade, para o Estado e para a nação. Ademais, a sociedade, que mantém a universidade, é a mais atin-gida. Momentos há, dada a conjuntura, em que isso se impõe. Há a necessidade diante das estruturas envelhecidas e das “idéias novas” da era da digitação, da conquista espacial que se almeja. Certo! Mas não nos enganemos!

Algo precisa mudar. Exato! Claro que a universidade, aí e lá, enfrenta mo-mentos difíceis, críticos. Mas ninguém mais do que ela, ou seja, sua universa-lidade de pessoas, professores, alunos e funcionários, deve sentir o que se pre-tende mudar. Ter aguçado espírito para a incumbência. A instituição precisa sentir a necessidade do movimento re-formista. Mudança reclamada e sentida por ela e pela sociedade.

Tenho presente o momento que a minha congregação da Faculdade de Filosofia da USP viveu no final da dé-cada de 1960. A instituição “cátedra” tinha, na verdade, alguns vícios. Mas não foi por isso que votei por seu final. A discussão, longa e acirrada, foi irritan-te. Alguns chegaram a ser obstinados. O resultado era esperado. Fim da cátedra! Impõe-se justificar meu voto. A enfer-midade terminal da instituição não estava nela. A causa da moléstia ger-minava em certos catedráticos que, há muito, nanavam como gentis-homens. Enganei-me!

Conhecia alguns males no regime

da cátedra. Sepultada a falecida, torna-ram-se desmedidos por serem imensos. A apuração dos resultados comprova o malefício. Veja-se a produção científica, antes e depois. Mal com ela, pior sem ela. Retornada do “enterro”, a Faculdade “chorou” com maior aperto. Os concu-rsos de provas e títulos minguaram em suas postulâncias. Antes, a prova que mais desassossejava era a escrita com tema sorteado na hora. Acabaram com ela. Na minha área, o concurso para titu-lar recebeu novo passadio. Constató. Não entro no mérito. É de se crer que tudo mudou. A universidade é “democrática”!

A universidade com sua agudeza, dis-cricção, espírito e responsabilidades, no processo de crescimento da ciência e da tecnologia, conforme sua situação con-juntural, decerto diligenciará para que se eliminem os focos de incompetência e de “compadrio palaciano”, instauran-do-se o sistema de mérito, do vestibular ao concurso titular, assim como para a escolha de pessoal em todo seu “corpo administrativo”, sem qualquer intermé-dio de gabinetes palacianos. E note-se: sempre o ânimo voltado para as con-veniências da Universidade, do Estado, da nação. Tal é seu objeto, admirável desígnio.

Alguns pensadores, eminentes ideólogos, certamente dirão que as estruturas e a conjuntura do mundo contemporânea mudaram. Claro que são outras.

O homem mudou. Com ele sua visão do mundo se transformou. Seu espírito alterou-se. Anseios, ânimo, afoitezas e outros sentimentos são mutáveis.

Apesar disso, a universidade tem sua arraigada missão: servir a sociedade, sua mantenedora. O Estado é apenas o agente pagador. Ela é a fomentadora dos progressos da ciência e da tecnolo-gia. Seu objeto é o bem de todos. É esse seu primordial encargo, sua principal incumbência. A sociedade, todos nós, a custeia para isso: formar gerações para o futuro que se avista na linha do hori-zonte. Oxalá seja promissor.

A universidade não é ente morto. A história é uma constante em mobilida-de. É um rigoroso rio, não pequeno lago emparedado. Com efeito, a universida-de é dinâmica. Conhecidos ideólogos esbravejaram e extinguiram a cátedra, instituição deslustrada por alguns ca-tedráticos que nada produziam. Eram beneficiários de estipêndios mensais. Fingiam ignorar salas de aula, mas sa-biam o dia do pagamento. É fácil cons-tatar pelos seus escritos e realizações em benefício da instituição.

Universidade maltratada que se diz “liberal”. Substituíram a “cátedra” pelo famigerado “departamento”, onde todos são responsáveis e ninguém é responsável. Apure-se “o antes” e “o depois”! Importante iniciar com os concursos para o mais alto cargo da carreira docente universitária: “o antes”

e “o depois”. A apuração dos resultados responderá!

O fenômeno não é nosso. Encontra-se na Europa e nos Estados Unidos. E no Caribe e na América do Sul. Dir-se-ia que a universidade ingressou num período de hibernação cultural, abominável letargo. Refiro-me, é claro, à área que pretendo conhecer. O que achariam disso os que foram meus professores!

Evidente que todas as pessoas são ideológicas. Todos temos nosso imaginário. Eu também! Tais “qualidades” encontram-se nas mais excelsas universidades do Ocidente. Mais parece ser um jogo dentro de outro. Espécie de arrimo angustiado, “caça às bruxas”!

Muitos contestam. Claro! Só os entendidos discordam. Buscamos um acordo sobre as formas de discordar. Assim definiremos as regras da divergência e da convergência. A sociedade, hoje, parece congrega todas as consequências negativas de décadas de permissividade. Não cabem “politização” e “populismo” na universidade da era espacial. O fisiologismo teima em assumir contornos cada vez mais desmoralizantes na administração. Isso não se tolera mais. É um quadro lamentável que faz degenerar ainda mais setores incompetentes e viciados da administração pública. A universidade recusa-se a certas baixezas e aviltamentos. Preocupa-se, sim, para preparar a juventude para o vindouro.

O preconceito que alguns tem contra os que produzem é uma atitude desvestida de racionalidade. Há momentos em que a situação da universidade é de extrema gravidade. Alguns donos do poder insistem em empurrá-la para um abismo. Contrariamente ao que esperam, ela ficará mais forte. Desde que não pretenda ser ideologicamente estreita, pois aí deixaria de refletir sua unidade e sua diversidade da paisagem social, cultural, científica e tecnológica que tanto a caracteriza, diferencia e individualiza.

A Universidade, instantes há, não vai bem. Certamente, não por excesso de qualidade. A indispensável credibilidade está em todos os níveis do próprio país. Os maiores delinqüentes são seus governantes, não a sociedade que é a razão de ser da universidade.

Muitos, infelizmente, ainda não conseguiram ver e sentir o que é a universidade. Não têm espírito. Esses mesmos “muitos” ganham *muito* porque produzem *pouco*. Fácil charada, pois não há qualquer enigma! Outrossim, esses “muitos” projetam um sentimento e uma postura de fraqueza, indecisão e estatura cultural. Incrível! Ainda estão convictos de que estão certos. Pensem o que quiserem, mas façam suas carreiras docentes universitárias assentes em bom “currículo”!

Freqüentes vezes, concursos e seleções vêm sendo usados para fins par-

tidários. Interessa-lhes os freqüentes reformismos, espécie de intrincado jogo de “composições” e das “bases”. Isso não convém à universidade. Os dotados de anseios políticos que se associem aos partidos políticos. Eles aí estão! E numa disputa ideológica entre “centro”, “esquerda” e “direita”, torneio que não é da jurisdição da universidade, é deles por ser de todos nós. Eles não são da universidade: ela é que é deles. Assim confirmam sua insegurança e desinformação. Trocam de agremiações como trocam de camisa. Todos se encontram em “missão histórica”, mesmo sem estarem convencidos disso.

Isso desmoraliza a universidade. No país domina o “vale tudo”. O diabo existe. E está solto. É o “Estado de Direito”, como se fosse possível existir Estado sem direito. Todo Estado tem o direito que lhe convém. Mas tem direito conforme sua ideologia e consoante sua política. É o “vale tudo” institucional. Caprichos autoritários e sensibilizações liberalizantes não convêm à universidade. Afinal, o fisiologismo opera prodígios!

A universidade corre sérios riscos. Até o de óbito! Para continuar viva e produtiva deve libertar-se de políticos para todos os gostos. A reforma universitária surge da explicação demagógica e da exploração ideológica. Faz-se com os que mais prometem e os que mais radicalizam. Na verdade assim é!

O reformismo dá vivas à uniformida-

de e joga escadaria abaixo a unidade, guindando todos a “docentes”. Não existem mais categorias. Foram todos promovidos à esdrúxula igualdade. Isso convém aos que puxam a universidade para baixo. Para o “nível de base”, ponto mais baixo que o rio pode atingir. A astúcia é importada, como outras igualmente vieram de fora. Aqui encontraram solo fértil para germinar. A universidade brasileira não encontrou condições para conversar consigo mesma. Não teve espírito, responsabilidade de seus atos. Simplesmente aceitou a matéria importada. Sequer fez diligências sobre a qualidade do produto. Não teve, na verdade, consciência e discernimento. Daí o resultado que ainda colhemos! A crise continua...!

A perturbação não é só nossa. É universal! Dir-se-ia que aí se encontra universidade com universalidade. O historiador não está apenas voltado para o passado. Na linha do tempo, indaga o passado e inquire o futuro. E nessa inquirição de seu imaginário é levado a pôr a questão: na universalidade dos conhecimentos, a universidade dá lugar a “multiversidades”! Não está acontecendo tal fenômeno? Seu fim? Não pretendem desviar sua finalidade: preparar as sucessivas gerações para o futuro? Não é esse o intento das reformas?

A universidade não deve inferiorizar a crise espiritual de nossa era, processo difundido por todo o Ocidente e por

todo o Oriente. A agitação estudantil de Nanterre e Paris levou eminentes intelectuais a lançarem o brado espedido. O movimento contestatário atingiu outras respeitáveis universidades européias e americanas. O grito que se ouviu na Faculdade de Letras de Nanterre foi o que mais ecoou. Deveu-se à desorientação intelectual que vinha de longo tempo.

O grito de Nanterre comprovou que a universidade está por ser refeita em seus fundamentos, em seu espírito, em suas estruturas e, notadamente, em sua vocação específica. Por isso, os estudantes universitários são as maiores vítimas da degradação das reformas universitárias, que não é ouvida. O reformismo vem de mais alto: dos ministérios da União harmoniosos com secretarias dos governos estaduais. E o que adiantaria ser incluída no rol? O desprazo reside em toda parte da universidade: Diretorias, Congregações, Departamentos e, por que não dizê-lo?, do voto “secreto” do Conselho Universitário!

Aí está o que dizem ser “a menor unidade do ensino superior”: o Departamento! Cabe logo um apontamento: a menor é o curso, onde não cabe mais nada! Demais, o Departamento é instituição importada dos Estados Unidos. Copiamos de lá um sistema que já possuía mais de cinquenta anos de atraso e o qual a universidade americana vinha redefinindo.

Que bela reforma! Tal é a necessidade que a nossa universidade tem de *reformular a reforma*. O Departamento mostrou-se inexecutável. Impõe-se repensar a questão.

No Brasil, as reformas universitárias têm dado maus resultados. Umas piores do que outras. Temos mania de imitar. Por quê? Herança colonial, processo da própria formação do povo brasileiro, singular visita do descobridor português à taba da mulher indígena e à negra da senzala. Miscigenação distinta na História da colonização mundial, inaudita “química” do amor de três raças.

Reformular a universidade é necessário. Mas quando chegaremos a acertar conforme nossa cultura? Importa realçar dois aspectos para reerguê-la da calamidade em que se encontra: o grito dos descontentes detratores e a massificação do ensino superior. Ambos inserem-se na revolução cultural da nossa era, que se serve dos progressos da ciência e da tecnologia para acionar o processo desagregador. Para se salvar, ela tem de erradicar esses dois referidos fatores.

Os ideólogos políticos contestadores fomentam a contestação pela contestação. Sentem-se apavorados pelo ocaso das ideologias vindas de fora, notadamente do Leste europeu. Não lhes importa conhecer o mundo. O que mais vale é transformá-lo. Nesse tempo, o



proletariado despontava forte no cenário mundial. A Revolução Industrial na Inglaterra e a revolução política e social na França movimentaram a “nova força” unidade aos estudantes que não os vinculava propriamente ao mundo que viam estiolar-se.

O ponto de fricção que possibilitou aos líderes da época usarem os estudantes numa atuante massa revolucionária, atirada contra o Ocidente, foi a universidade.

Medida urgente para salvá-la é a sua desmassificação. Considero que a universidade é para as massas. Mas não de massas. A problemática da massificação do ensino superior deve-se aos poderosos “senhorios”, “donos do poder”. O reformismo deve-lhes isso. A sociedade massificada, o “verniz de cultura”. Diz-se “universidade democrática”. Nunca se falou tanto em “democracia”. Todos são “democratas”! Os próprios partidos políticos no Brasil, antes “socialista” e “comunista”, hoje são “democratas”! Democracia plena inexistente. Liberdade e igualdade não coexistem. Sequer na tão falada “democracia americana”! Nessa linha de pensamento, por que enaltecer o inexistente?

A massificação é o problema. Como resolvê-lo? Já afirmamos que a universidade é a inteligência da nação. Aristocracia do espírito. Foi sempre um centro de formação de elites culturais.

A seleção dos estudantes contribuía para se apurar a formação mental e científica dos que a freqüentavam. Estamos vendo hoje aumentar em proporções assustadoras o número de vestibulandos. Isso tem levado à multiplicação das universidades, nem sempre capazes de assegurar nível elevado de ensino. Há, até, o ânimo de aproveitar os excedentes dos vestibulares. A tendência, hoje, é de acabar com as reprovações. Não há carteiras para tantos alunos numa mesma sala. Não há mais assentos para tantos. Temos a visão clara do excepcional momento histórico que o mundo vive, na abertura desta centúria, que leva turistas ao “infinito” espacial. Vivemos numa sociedade de massas. E, numa sociedade com tal visual, a universidade tem de buscar outro sentido. Caso contrário, o que será dela?

Assim, poderá sobreviver o espírito cultural e humanístico das tradicionais universidades da Europa ocidental? A nossa universidade é um ente que ainda tem espaço para crescer. É muito jovem, se comparada às universidades tradicionais de Salamanca, Coimbra, Santiago, Paris, Oxford, Cambridge e outras mais. O nosso país também é jovem! Embora isso, muito esperamos de ambos!

O progressivo e vertiginoso aumento demográfico faz-nos entender o problema. Não vemos solução para ele. Os doutos que o resolvam. Claro que não

se trata de impedir estudar quem tem gosto e ânimo para tal. A questão é outra. Os jovens ingressam no ensino superior e dele saem mais velhos e desempregados. Tem de haver solução para o tormento. A universidade deve preparar as sucessivas gerações para o futuro. Contrariamente, o que acontece? Não nos referimos à universidade oficial ou particular. Apenas à problemática universitária, hoje.

A questão consiste em se saber até que ponto a massificação da universidade será compatível com a manutenção do pleno espírito da instituição, sobretudo com seu “centro de excelência” voltado para a formação humanística. O referido “centro de excelência” vem sendo, a cada reforma, empurrado para o abismo sem fim. E pior: está sendo substituído pela técnica, na qual a medida de todas as coisas configura-se ser o imediatismo utilitário. Qual o curso que dá dinheiro? Pergunta-se!

A universidade não distribui habilitações profissionais com tal propósito. Muito embora a massificação do ensino superior esteja acarretando a “profissionalização” para imediatistas. Com isso a universidade afasta-se, dia a dia, do paradigma que a gerou. Onde vamos chegar? Ao saber desinteressado? O tempo o dirá!

É exato que a universidade, hoje, não tem mais o espírito das referidas universidades tradicionais. O mundo e



a figura do homem são bem diferentes. Natural que assim seja. Mas, que se encontre possível moderação. A universidade, a sociedade, o Estado, todos congregados, precisam encontrar uma escápula, feliz saída para o problema da massificação. Não devemos, sim, afastar os jovens do saber especulativo, em razão do amor à universidade. Sem o espírito imprescindível, a própria *idéia de universidade* mingua a ponto de sumir. Desaparece!

Acima do curso secundário e abaixo do curso universitário, é válido incrementar a formação tecnológica, com objetivos de ordem prática e utilitária. Espírito e ânimo incumbir-se-ão do processo seletivo dos candidatos. O saber especulativo dá-nos a conhecer o porquê e o para quê das coisas. Do *especulativo* desprende-se o *prático*. Passa a dominar o pragmatismo, a universalidade de conhecimentos, que se sobre põe à universalidade do conhecimento e da cultura, desaparecendo, assim, a *idéia de universidade*.

A universidade seria apenas a reunião de faculdades. Quanto ao saber técnico, desvinculado da subordinação ao especulativo, seu espírito e ânimo suavizariam a problemática da massificação da universidade. O fomento da tecnocracia justifica, por si só, o da criação de novos cursos técnicos de curta e média duração. Demais, nada impediria os interessados galgarem posições di-

versas na sociedade mantenedora da universidade e dos novos cursos instituídos sob a égide do Estado.

A instituição de cursos técnicos estaduais, municipais e federais aliviaria o peso sustentado pela universidade. Aos poucos deixaria de ser, em certas áreas, uma fábrica de bacharéis e de licenciados. Muitos têm, além disso, um só objetivo: o diploma! Querem ser “doutor”!

A sociedade de massa necessita trabalhar. O trabalho dignifica, constrói e eleva a pessoa. Os cursos técnicos são o impulso e o incentivo para a encruzilhada em que se encontra a universidade. O êxito de tal expediente certamente será a escapatória para a juventude que precisa de uma profissão para poder trabalhar para si e para sua família. Seria o melhor, talvez, escape moderador da massificação da universidade. Afrouxamento da compreensão da força social inquieta.

Outrossim, desestatizar o ensino universitário e reconduzi-lo ao ideal corporativo da universidade, na qual tem sentido o que se pretende: autonomia plena, co-gestão e participação.

A degradação do ensino universitário é uma realidade, queiram ou não vê-la. O curso superior vem, mais e mais, se secundarizando. A pós-graduação desce ao nível de regular graduação. A pesquisa científica nos Departamentos desce ao “nível base”. Com isso, a universidade vem perdendo a posição de vanguarda

que sempre lhe pertenceu no fomento da cultura e da ciência.

Afinal, o que disso pensa a universidade? Entregar-se a si mesma perante a massificação do ensino? Deixar-se afundar num processo de secundarização de seu ensino? Criar uma instituição que tome seu lugar? Medo das massas que a atropelam? Que alternativa tomar?

Não podemos abandonar sua missão. Devemos colaborar com ela. De que maneira? Dedicando-nos, cada vez mais intensamente, à investigação e à análise dos males da universidade. No decurso de séculos, deu provas de seu espírito de trabalho e de abnegação, fecundo altruísmo. A universidade continua a transmitir diversos saberes. Sabe que não pode transformar-se numa “escola de massas”, mesmo porque tem ciência e consciência que existe e vive para as massas. Mas sabe que não poderá ser de massas. Apela, sim, para instituições de outro tipo para o espaço que não preenche. Serão os cursos técnicos a solução? Será o remédio para evitar o ingresso indiscriminado de vestibulandos na universidade?

Note-se! Não se trata de fechar as portas da universidade aos que a procuram. Longe disso. A universidade não é privilégio de minorias. Ela é da sociedade que é sua mantenedora. Trata-se apenas de disciplinar a desenfreada corrida das massas. Devemos, é óbvio, ir ao encontro da aspiração da sociedade. Ao

anseio, sonho de todos de ascenderem ao grau universitário e conseguirem receber um diploma que lhes descortine um caminho que os leva a bom emprego, dado que hoje não é suficiente o curso secundário. E por que não abrir aos excedentes amplas e variadas possibilidades de obter uma formação superior, mas fora da universidade? Que outro sistema para solução do problema? O de “cotas” como pretendem alguns cérebros “maviosos”? Antes de tudo a primazia é a *competência* de cada um, independentemente de outros fatores: cor, condições econômicas, sociais etc.!

Outra instituição deve ser pensada: o curso noturno! Claro que a universidade deve proporcionar cursos noturnos aos que trabalham no decurso matutino ou vespertino. Mais corretamente em ambos. Mas deve-se averiguar se de fato os candidatos trabalham durante o dia. A criação dos cursos noturnos não devia ter a mesma duração de seus congêneres diurnos. A idéia de se criarem cursos à noite, proporcionando o estudo universitário aos que trabalham durante o dia, foi mistificada. Nas origens, o pensar era de acrescentar mais um ano letivo para a duração do curso, por motivos óbvios e evidentes. Esqueceram-se, como sempre!

Outrossim, o corpo docente e os funcionários seriam outros. Ambos os cursos, diurno e noturno, deviam ser completamente despegados um do outro. O

que houve? Escape do acréscimo de 2% nos vencimentos, apetitosa melhoria. Assim funcionam algumas instituições!

Quem perdeu? A universidade! Quem ganhou? Para que responder o que se sabe? É conveniente que se fomente a montagem de diferentes universidades técnicas de nível superior. Cursos técnicos e, graças aos progressos da ciência e da tecnologia, universidades técnicas. E todas com a missão de amparo às massas. Haveria, assim, favores recíprocos em benefício do ensino, das pessoas e do país. Expediente criado para o incremento de novos empregos e para subjugar o desenfreado crescimento da massificação, com todas as suas maléficas resultantes.

A universidade tem diversas abordagens. As concepções de universidade não são simplesmente a de um analista, por mais observador que seja. Demais, só os entendidos discordam. Afinal, a ciência progride pelas discordâncias. O trabalho de cada um de nós é também o trabalho dos outros. Por isso, a história da ciência é repleta de fracassos, não de vitórias. O que importa é a maneira como o cientista se põe diante dos postulados da ciência. Portanto, a idéia de universidade não é a mesma, embora equacionadas de igual modo as concepções são diversas.

Todavia, uma coisa é certa: impossível reformar a universidade massificada, sem previamente a haver desmas-

sificado. Isso recoloca outra questão: os “cursinhos” preparatórios que deixaram de ser apenas para o vestibular, mas também para bacharéis. Incrível, mas é verdade! Trata-se de instrumento destinado a ensinar o que já devia ter sido aprendido na faculdade. Reformar as sucessivas reformas. Anarquia reformista! Cursinhos e deslavados cursos de “fim de semana”. Pagou, passou, dizem de “boca cheia” os próprios alunos, maiores vítimas.

A “ditadura” dos Departamentos é geradora de novos “senhorios universitários”. Tal sistema conduz ao “mandarinato” universitário. Todos se consideram “catedráticos” com suas condutas dos “senhorios feudais”. A reforma deve ser plena, cuidando-se da educacional. De nada ou de pouco adiante reformar os dois primeiros graus. O espírito reformista deve começar pelo ápice da pirâmide, não pela sua base. A problemática é a mesma. A crise da universidade é um aspecto apenas da mundial. Por isso, continuam em perigo os fundamentos da nossa cultura. Entende-se, aqui, o pleno conceito de cultura: tudo que as pessoas acrescentam à “mãe” Natureza.

A “crise” universitária, por ser universal, universidade e universalidade se encontram. Todavia, a universidade continua a ocupar o lugar de destaque nas preocupações de professores, alunos e funcionários. Ou não?

Os enormes progressos da ciência e da tecnologia acabarão, na linha do tempo, gerando nova universidade aliçada em novos sentimentos, anseios e espírito. Não foi isso que aconteceu com a universidade da Baixa Idade Média com o novo espírito da Renascença? As gerações que vierem o dirão! Para isso bastará racionalidade institucional e baldrame técnico, assentes no espírito que a universidade almeja um dia ter. Queira Deus, não tarde!

### Atuação na UNESP em Franca

No final da década de 1970, finda minha administração na Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA) vivia a dúvida mental: retornar à chefia do meu Departamento de História ou voltar à Europa.

Contemporaneamente, alegrou-me a cordial visita de Luiz Ferreira Martins, então reitor da UNESP. Luiz Martins foi direto ao assunto: convidou-me para a administração do *campus* de Franca, onde funcionavam dois cursos – História e Serviço Social, ambos em nível de graduação. Aceitei o desafio e, pouco depois, ultimado meu mandato na diretoria da ECA, fui empossado pelo referido reitor em seu gabinete, à avenida Rio Branco, em São Paulo. Principiou, então, meu novo encargo. O primeiro da UNESP.

No mesmo dia, viajei para Franca

com dois funcionários – o secretário da Faculdade e o chefe da Sessão de Pessoal. Fui bem recebido por afluência de professores, alunos e funcionários que já me aguardavam no átrio da Faculdade. Seguidamente a ligeiros cumprimentos, convoquei uma plenária para o necessário colóquio. Tomei, então, conhecimento da problemática inicial, com suas carências e desassossegos realçados a seguir:

1. Franca, até hoje, não foi granjeada com a edificação de seu *campus*. Conseguimos, sim, graças à convergência de esforços que se multiplicaram na linha do tempo, bela área nos “muros-da-cidade” destinada à construção do aguardado edifício. Nas duas idas do então governador do estado à Franca, explanei-lhe a questão. Até mesmo a gravidade que corria com a possível perda do terreno doado. Prefeitura e Câmara Municipal mostravam-se diligentes no processo. Os rumores cresciam. Precavi o governador do estado, que parecia mais voltado para a agremiação política partidária do que para as conveniências da universidade. Essa nossa primeira abordagem;
2. Seguiu-se a “grita dos descontentes”. E com razão: a criação da UNESP, simplesmente por um motivo, deixou de agradar alguns professores trans-

feridos de um *campus* para outro. Não entro, por ora, no mérito ou no demérito. Apenas no fervedouro que contornei.

Franca, à época dos Institutos Isolados, era uma das sete Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Equivale dizer que nela operavam os departamentos de Geografia, História e Letras Clássicas. A Universidade entendeu remanejar, para outras cidades, professores das áreas de Geografia e Letras. E não foram poucos! Encontros e desencontros, lamúrias e esperanças se sucederam, assim como assembléias se realizaram. Meu desgaste nada aprazível. Menos adocidado, quando vereadores locais entraram na lide. Contrariamente às boas veleidades, só enevoaram a questão. O tempo passava. As aflições aumentavam. Finalmente, os professores removidos retornaram a seus “ninhos”. Já estavam no limiar do desespero. Foram vítimas dos desagradados que, então, penalizavam. A questão foi, afinal, superada. A nova Universidade pagava juros de usura pelo seu engenho, que ela própria criou. Os professores retornados comprovaram logo o equívoco que, por um momento, tanto os prostrara. Custo proveniente da vacuidade mental; impulso momentâneo das circunstâncias;

3. A Faculdade não tinha Departamentos. Por inexistirem, reuni os pro-

fessores e cuidei do assunto. Igualmente, não havia Congregação. Não havia “massa crítica”. O corpo docente era o do extinto Instituto Isolado. O arranjo gerou questões. Como conduzir a instituição? Impunha-se montar, de algum modo, Departamentos e Congregação. O edifício foi construído com o material selecionado. Concluídas as escolhas, por meio de voto, a Faculdade passou a ter a estrutura possível para o primeiro arranco. Professores, alunos e funcionários escolheram, nas respectivas jurisdições, seus representantes. E a máquina administrativa, agora azeitada, principiou a funcionar.

No atinente aos funcionários, depois de necessária averiguação, consultados “de pertinho” o secretário, o chefe de Pessoal, o de Finanças e o da carente Biblioteca, não toquei na categoria. Mesmo na então Secretaria da Diretoria que permaneceu durante toda minha permanência em Franca. Os funcionários só me deram respeitáveis reverências. De todos guardo produção, finezas e constantes amabilidades.

4. Além de incrementar a carreira docente universitária, julguei imprescindível instituir a Pós-graduação e incentivar os cursos noturnos. Vivíamos, ainda, os primeiros tempos de UNESP. O momento consistia em

encontrar novo ânimo e espírito. O “provincialismo” mental havia de dar espaço e dinâmica à intelectualidade esperada pela Universidade. O velho espírito não se ajustava às novas aflições e anseios. Não condizia, afinal, com o da Universidade. Abriram-se, para seu conjunto, perspectivas inteiramente diferentes de novos rumos a tomar. A Pós-graduação incentivou, além disso, a ida de alunos para o *campus* de Franca, oriundos de outros estados, notadamente do Triângulo Mineiro, dadas as condições da carreira docente universitária em diversas regiões do país.

5. E o que dizer das *Semanas de História*? Das de *Serviço Social* e das de *Direito*? E da colaboração de mestres de diversos estados, cujos Anais comprovam favoráveis resultados. As comunicações, discutidas e aprovadas em plenário, no salão nobre da Faculdade, algumas galanteadas pela presença do reitor – o segundo da UNESP – ali estão publicadas. Franca regozija-se ainda hoje! Por isso as custeou com maior porcentual. Funcionários, professores e alunos angariaram condições junto à hospedeira sociedade local, notadamente ao empresariado do calçado.

## Rumo à Reitoria

O município de Franca, igualmente outros de São Paulo, não tinha *campus*. Em 2006, ainda não o tem! Salvo erro ou omissão de minha parte. Afigure-se-me que, só agora, o estado doou a verba necessária para a edificação tão almejada.

Por isso, nunca deixei de diligenciar dos “senhores do poder”, prefeito da cidade, presidente da Câmara Municipal e o então governador, a aguardada condição. Graças à pulsação da sociedade local, foi doada uma rica área geográfica, no perímetro da cidade, para a construção do almejado *campus*. As duas vezes em que o governador do estado “ancorou” em Franca, fiz-lhe notar que a universidade corria o risco de ver o belo terreno revertido ao doador ou à Prefeitura. Alguns “iluminados” vereadores, já nos “bastidores”, cuidaram disso. A resposta era sempre a mesma: não temos verba!

A Faculdade, desde o tempo dos Institutos Isolados, aconchegava-se no “emparedado” quarteirão, próximo à igreja catedral da cidade, em um prédio ainda hoje pertencente ao patrimônio da Igreja católica. A negociação desse imóvel seria a solução. Isso na época! Tentei! Os meandros eram muitos e todos de difícil escalada.

Nessa conjuntura, ultimado meu primeiro mandato, a Congregação en-

tendeu enviar à escolha do reitor a lista de nomes para o necessário seguimento. Meu nome encabeçava a lista. Fui o contemplado. A escolha surpreendeu-me. Tinha em mente retornar a meu Departamento na USP e, seguidamente, voltar à Europa. Mas aceitei o desafio! Franca preparou minha permanência. A cidade concedeu-me até distinta lisonja: “educador do ano”!

Na Reitoria, momentos turbulentos avizinhavam-se na linha enevoadada do horizonte. O mandato do reitor estava para terminar. Findo seu tempo, o vice assumiu. Quase contemporaneamente, consumou-se também o seu. O governador, por razões que ora não cabem, recusava-se ao cumprimento imperativo da lei. Não nomeava ninguém da lista que lhe havia sido encaminhada, após votação, pelo Conselho Universitário. O caricato impasse, desconforme embaraço, ameaçava deixar a Universidade num vácuo. Sem reitor e sem vice-reitor! Isso não convinha à UNESP. Demais, no Conselho Universitário vinha sendo tratada difícil transação imobiliária com a Cesp. Comentava-se muito sobre a doação de certos imóveis em Ilha Solteira para a UNESP. A administração não podia ficar sem alguém em exercício na Reitoria. Assumi na condição legal de primeiro pró-reitor. Fui empossado no Conselho Universitário pelo então vice-reitor, na manhã de seu término de mandato. Encerrada

a sessão, fui para meu gabinete. Principiava minha jornada em pleno exercício na Reitoria.

No tempo de meu primeiro mandato em Franca, tomei contato com a sociedade local, sempre cordial e hospitaleira. Diligenciei da Prefeitura e da Câmara Municipal a doação do terreno para a edificação do aguardado *campus*. Pretendi negociar o rico quarteirão no centro da cidade onde a Faculdade funcionava, pensando na construção do *campus*. Embaraços burocráticos de toda natureza.

Maior urgência consistia em recambiar, para Franca, os professores removidos por ocasião do surgimento da UNESP. Consegui fazê-lo. Em seguida, instalei Departamentos e a Congregação. Outrossim, criei, após o processamento adequado, a Pós-graduação e as Semanas de História, Direito e Serviço Social. Tais instituições levaram para Franca alunos e eminentes mestres oriundos de outros estados do país.

Tal afã acumulava-se com as pautas do CO no tempo dos dois primeiros reitores, sempre solícitos, embora apreenhivos com a problemática universitária.

Nessa conjuntura, a Congregação de Franca entendeu, ultimado meu primeiro mandato, diligências a composição de nomes para minha sucessão. Meu nome, dada a amabilidade de meus pares, encabeçava a lista. Por razões que ignoro, o reitor reconduziu-

me à diretoria da Faculdade de Franca. Sem qualquer quebra de continuidade, iniciou-se meu segundo mandato. Novas perspectivas e desassossegos me aguardavam. Aceitei o novo desafio. O caminho que se abria era bem-andante e afortunado. Tinha em mente propósitos a realizar. Impunha-se instituir inovações. Colóquios com o reitor e com o governador. Imaginava novos cursos para o *campus* de Franca e para outros da UNESP. O caminho burocrático a percorrer e obstáculos a superar eram embaraçosos. Certos conselheiros, nos bastidores do entretenimento, mostravam-se conformes às inovações que lhes manifestava e exibia. Contrariamente, em plenário tornavam-se tímidos e temerosos. Busquei outro caminho. A nova vereda deu bons resultados.

Após diversas pautas do CO, presidido pelo segundo reitor, depois de fatigantes justificativas e laboriosa defesa, foram aprovados três novos cursos que tornaram a UNESP a Universidade plena tão presente no espírito de muitos: Direito, Economia e Educação Física, respectivamente, instalados em Franca, Araraquara e Rio Claro. Todos foram bem recebidos pela sociedade local. Assim caminha a universidade!

O reconhecimento do curso de Direito e seu currículo foi outra tarefa nada fácil. “Outro curso de Direito?” Barafustou a então ministra da Educação! Re-

truquei: na verdade, só o estado de São Paulo tem mais faculdades de Direito do que a Itália que é o berço do Direito. Examine-se o que se propõe, Excelência! Em pós, que se dê o veredicto. Antes, porém, que se ajuíze e se arbitre, é o que peço! A sentença não tardou. A senhora ministra teve a gentileza de telefonar-me dizendo que teria muito gosto em proferir a aula inaugural do curso de Direito em Franca. Foi uma aleluia! Após a aula ministerial, sua excelência, eminente docente de Processo Penal da USP, na época já aposentada, recebeu o bem-haja da UNESP.

Bastar-me-ia a instalação do curso de Direito para ter o júbilo e aprazimento continuado no tempo de minha estada no *campus* de Franca. Turmas de bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais se sucederam. Mestres e doutores, livre-docentes e titulares. Isso na carreira docente universitária. Afora os exames de ordem da OAB, com resultados do maior nível, igualados à Faculdade de Direito da USP. Importa, também, registrar o êxito de advogados, membros do Ministério Público e da magistratura, além de delegados de polícia. Na verdade, nota dez e louvor ao curso de Direito de Franca. Se outra benesse não afanasse, bastar-me-ia essa para ser gratificado. Essa a missão da universidade: formar gerações para o futuro. Não é isso, afinal, que a sociedade, sua mantenedora, espera? Outrossim, aí estão os resulta-

dos positivos das Semanas de História, Direito e Serviço Social, bem como dos mestrados e dos doutoramentos em História e Serviço Social. Importa ainda realçar os serviços prestados à sociedade pelos assistentes sociais do *campus* de Franca.

Na linha do tempo disponível, sondando e inquirindo o diligente empresário francano, tão voltado para a indústria do calçado, imaginei o benefício para todos – Universidade e sociedade – da criação do Instituto Tecnológico, em nível superior. Data vênua, a UNESP tem Faculdades de Filosofia, nascidas e crescidas no tempo dos Institutos Isolados. Hoje, dados os progressos da ciência e da tecnologia, configuram-se demasiadas. Além disso, nenhuma delas forma *filósofos*. Quando muito, docentes de Filosofia! Com a palavra a universidade. É tema para ser pensado e refletido. Já o afirmei: precisamos *reformular a reforma*!

### Reitoria em questão

Momentos turbulentos e sediciosos aproximavam-se da Reitoria, então, na Praça da Sé, marco zero da cidade de São Paulo. O espectro divisava-se na linha do horizonte enevoadado. O tempo corria “contra-relógio”. O mandato do reitor estava para terminar. O vice inquietava-se em seu “imaginário”. Ambos mostraram-se mais e mais afá-

veis comigo. O CO já tinha enviado ao governador a lista para o seguimento do que a lei determinava. O governador, à época tão “iluminado”, recusava-se a nomear nomes da lista. Ele próprio, com tal conduta, criou o impasse. O embaraço, maléfico cipoal, dividiu o Conselho Universitário. Detratores e apologistas digladiaram-se em veementes pronunciamentos. O presidente do CO já era o vice em exercício na Reitoria. A universidade estava sem reitor. O mandato de “magnífico” já havia terminado. O vice assumira, conforme a legislação em vigor. O desassossego na universidade aumentava. O Conselho Universitário cada vez mais exaltado. O mandato do vice estava por horas. Certos conselheiros, delirantes e furiosos. Outros febris e apaixonados. A universidade vivia ameaçada de entrar na vacuidade. Um conselheiro chegou a propor uma “coletiva de imprensa” para responsabilizar o governador. Seria a escápula correta. O Conselho Universitário, com isso, daria satisfação à sociedade. O vice, então em exercício, resolveu empossar-me na qualidade de primeiro pró-reitor. Foi até uma bela sessão, da qual guardo afeto e finezas dos presentes.

Solucionada a questão? Nada disso. As colisões com o governador começariam. Sua excelência tornou-se bem mais combativo. Disse-me, logo na primeira audiência que me concedeu, que não nomearia ninguém da lista.



Nem reitor, nem vice. Recusei-me a ser manipulado. Mesmo pelo “senhorio” das chaves do erário. Nada pedi, senhor governador. Alçaram-me, por imperativo legal, ao posto que ora ocupo. Não peço poder. Mas, se mo dão, o exerço. E sempre consoante a norma legal. Vossa excelência, governador, põe-se acima da lei. Mas eu me recuso a ficar abaixo dela! Estava presente a essa obstinada audiência, o secretário de governo, gentil-homem...!

O governador cumpriu o que afirmou. Os meses corriam. Minha posse no exercício da Reitoria era por tempo indeterminado. Podia terminar no dia seguinte. O CO, em seus cumprimentos administrativos, não teve nenhuma quebra de continuidade. A Universidade funcionava normalmente. Apenas o *campus* de Botucatu se inquietava por falta de verba. E com razão. A Faculdade de Medicina fazia-se ouvir na Reitoria. Não tinha nem sequer o essencial. Diante da conjuntura, convoquei a Congregação da Faculdade de Medicina de Botucatu para escape da crise financeira. Tudo solicitado pessoalmente em meu gabinete pelo seu diretor, eminente cientista da área médica, do qual guardo as melhores recordações. Após quase cinco horas de proveitoso entendimento, fiquei de retornar ao governador, “pára-raios” da questão.

A nova audiência com o governador, sempre presente o secretário de gover-

no, foi menos ou nada alvoroçada. A UNESP precisava, urgentemente, para encargos pendentes, de novecentos milhões de cruzeiros, cruzado (?), montante inadiável. O governador, solícito, telefonou, na minha frente, para seu secretário do Planejamento. Aleluia! Dias depois, o valor solicitado já estava à disposição da UNESP. Parto difícil. Foi necessária uma cesárea!

A Universidade passou, por isso, a respirar ares bem mais oxigenados. E tudo constou de contínuas sessões do Conselho Universitário. A Reitoria, no decurso de meses, usufruiu tempo deveras afortunado. Bem mais bonançoso e tranqüilo. Iam distantes as abalroadas palacianas. Cá e lá, em alguma agremiação ainda descontente, estalavam arruados! Assim é a universalidade de pessoas, nem sempre voltada para os interesses da universidade.

Na época, eram cinco os pró-reitores. Por ser o primeiro, fui legalmente empossado no exercício da Reitoria. Não tinha nenhum mandato. A administração era por tempo indeterminado e podia ser encerrada a qualquer tempo, por excêntrica vontade do governador. Assim foi! Sua excelência atropelou a todos. Nem sequer ouviu o mandante da universidade: o CO, que teve a amabilidade de me reconduzir, por meio do voto, a primeiro pró-reitor!

Minha despedida, no Conselho Universitário, já presidido por novo reitor,

foi deveras ditosa. A saudação que me endereçou, em plenário, um conselheiro, foi uma das dádivas que Deus me deu. Obrigado! Missão cumprida, retornei ao *campus* de Franca onde fui aqui-nhoado com carinho e gratidão. Pouco depois, completados setenta anos, aposentei-me e recolhi-me ao aquecimento da família, meu maior patrimônio. Hoje, escrevo minhas memórias...! Um dia, a UNESP escreverá a história da Universidade. Oxalá não tarde!



Apresentação em 27 de outubro de 1975 pelo governador do estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins, à Assembleia Legislativa, da Mensagem de Criação da UNESP. Da esquerda para a direita: prof. dr. Luiz Ferreira Martins (coordenador da

Cesesp); prof. dr. Zeferino Vaz (reitor da Unicamp); prof. dr. Edson Machado de Souza (representante do CNPq); dr. Manoel Gonçalves Ferreira Filho (vice-governador do estado de São Paulo); dr. Paulo Egydio Martins (governador do estado de São

Paulo); dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira (secretário da Educação do estado de São Paulo)